

Práticas de governo das crianças pobres e negras no início do século XX¹

Governance practices regarding poor and black children
in the early twentieth century

Andrea Braga Moruzzi²

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil

Resumo

Este artigo procura apresentar e discutir sobre as práticas de governo dadas às crianças pobres e negras no início do século XX tendo como referência analítica Michel Foucault. Observa-se que as crianças pobres e negras tornaram-se o foco central dessas práticas uma vez que enunciadas e visibilizadas como perigosas e em perigo, vulneráveis e sujeitas a condições precárias de vida e de sobrevivência, de maneira tal a serem postas como um problema social a ser gerido pela e para a população. As práticas de governo agiram no sentido de promover a retirada dessas crianças das ruas e o exercício sobre elas de uma intensa ação educativa de bases higienistas e eugenistas. O efeito dessas práticas foi o controle sistemático de suas vidas. Mais do que estarem em perigo, essas crianças traziam em si mesmas a própria ideia de perigo, pois ameaçavam um projeto político de constituição da nação brasileira. A criança pobre e negra, portanto, no início do século XX foi visibilizada e enunciada como a criança que precisava de proteção e de “tratamento”, como a criança vítima de uma condição precária de vida, vulnerável e sem estrutura familiar e que por estas razões tornava-se perigosa ao projeto de constituição da nação brasileira. As práticas de governo consistiam em desenvolver ações políticas que envolvesse diferentes

1 Este artigo é um recorte da tese de doutorado “A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância” (2012) defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

2 Docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas - DTPP- UFSCar.
E-mail: deab.moruzzi@ufscar.br.

segmentos, junto das famílias e da escola, visibilizando e enunciando formas de vida e de culturas desejáveis e o controle das formas indesejáveis.

Palavras-chave: Crianças negras, Crianças pobres, práticas de governo.

Agência de fomento: FAPESP

Abstract

The paper aims to present and discuss the governance practices towards poor and black children in the early twentieth century, with Michel Foucault as the analytical reference. Poor and black children became the focus of these practices, as they were seen as dangerous and endangered, vulnerable and submitted to poor living conditions. Consequently, they stood as a social problem to be ruled by and for the community. The governance practices acted towards promoting the removal of these children from the streets and instilling an intense educational activity based on hygienist and eugenicist assumptions. The effect of such practices was the systematic control of their lives. More than being in danger, the children brought in themselves the very idea of danger, as they threatened a political project of constitution of the Brazilian nation. Therefore, poor and black children in the early twentieth century were seen as individuals who needed protection and “treatment”, as they were the victims of poor, vulnerable living conditions, without a family foundation. The governance practices meant to develop political actions that involved different segments, along with the families and the school, by creating desirable ways of life and cultures and by controlling the undesirable outcomes.

Keywords: Black children, Poor children, Governance practices.

Introdução

Este texto procura apresentar e discutir sobre as práticas de governo voltadas às crianças pobres e negras no início do século XX. Tem-se como referência analítica Michel Foucault, que discute a doutrina da proteção social e o controle exercido sobre

a população por meio de práticas de governo. Embora Foucault não discuta precisamente a questão racial a noção de governo torna-se bastante oportuna para analisar as ações dirigidas às crianças pobres e geralmente negras no Brasil. Segundo essa perspectiva, a partir do século XVIII é possível pensar na noção de governo, que implica no controle sobre a população, ou seja, no investimento de práticas cujas técnicas buscam gerir uma política de saúde, controlar as epidemias, criar estratégias para diminuição da mortalidade infantil, intervir nas condições de vida das pessoas no intuito de modificá-las e criar-lhes normas, ou seja, normatizar a alimentação, o habitat, a organização das famílias, das cidades, etc. (FOUCAULT, 1997, p. 86). O governo, portanto, consiste em controlar a população por meio da racionalização dos problemas propostos pelo conjunto de seres vivos, tais como, problemas de saúde, epidêmicas, problemas de higiene, de natalidade, questões raciais, etc. As crianças pobres e negras tornaram-se o foco central dessas práticas à medida que ascenderam como problema social ao serem alocadas no discurso da vulnerabilidade social, identificadas como sujeitas às condições precárias de vida e de sobrevivência.

As práticas de governo consistiram em retirar essas crianças das ruas, dar-lhes abrigo, alimentação, e especialmente educação. Concebia-se que essas crianças estavam em perigo e cabia ao Estado criar medidas protecionistas. Nas entrelinhas deste discurso, o que estava em jogo era a retirada das crianças das ruas e o exercício sobre elas de uma intensa ação educativa de bases higienistas e eugenistas. Isto é, mais do que estarem em perigo, elas traziam em si mesmas a própria ideia de perigo, pois ameaçavam um projeto político de constituição da nação brasileira. Este artigo trata desse dilema apresentado a partir de uma revisão bibliográfica que exemplifica e ilustra essas práticas de governo, envolvendo diferentes segmentos, junto das famílias e da escola,

visibilizando e enunciando formas de vida e de culturas desejáveis e produzindo o controle das formas indesejáveis.

O debate procura apresentar, primeiramente, as práticas de governo que se davam por certa visibilidade das crianças pobres e negras nas grandes “festas didáticas” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001) ou em outras ações públicas, como também nos meios de comunicação destinados às famílias e que tinham a intenção de visibilizar uma dada criança, expondo formas desejáveis de ser criança e de se ter uma infância como modelo e exibindo as formas indesejáveis e os possíveis “tratamentos”.

Observa-se posteriormente que essas ações oriundas de uma política de proteção social tinham como pressuposto o higienismo e a eugenia, que impactaram fortemente na construção de um modelo de nação brasileira no início do século XX.

Por fim, observa-se que a escola brasileira se constitui como instrumento dessa política, visando à contenção da população pobre e o embranquecimento da população negra.

Compreende-se que esses debates são importantes por trazer à tona a forma pela qual foram construídas as concepções e representações das crianças negras e pobres e que repercutem ainda hoje nos discursos, nas ações políticas e nas representações sociais nas quais somos todos produzidos.

O governo pelas formas de visibilizar

A referência analítica foucaultiana permite compreender que o governo é uma prática ampliada do poder que visa gerir não exclusivamente o corpo individual, mas o conjunto de indivíduos que compõe uma população. O governo da população assume diferentes formatos ao longo de todo século XX. O controle sobre as formas de visibilizar e enunciar as crianças torna-se um importante instrumento para essa prática.

Observa-se que as crianças pobres e negras eram visibilizadas em diferentes artefatos, dos quais é possível destacar as comemorações sociais destinadas às crianças, como o natal, o dia da criança e concurso de robustez (VEIGA; GOUVÊA, 2000), e as representações trazidas pelas revistas do início do século XX destinadas às famílias (BRITES, 2000). Essas ações agem complementarmente às políticas institucionais empenhadas pela escola porque informam as famílias e a população e agem simultaneamente com as ações institucionais escolares fazendo circular os mesmos discursos ou visibilizando as mesmas representações sobre as crianças pobres e negras.

Veiga e Gouvêa (2000) ilustram essa discussão ao apresentar as concepções de infância vigente no início do século XX a partir da análise de algumas comemorações dirigidas para crianças durante esse período. O Dia da Criança, instituído em 1924, em Belo Horizonte, o Natal, e o concurso de robustez, iniciado em 1935: essas três comemorações dirigiam-se às crianças de forma diferenciada. O Dia da Criança destinava-se às crianças de classe média e alta e relacionava-se somente com crianças escolarizadas; o Natal, segundo as autoras, caracteriza o dia da criança pobre, por meio do qual as entidades filantrópicas atuavam; por fim, o concurso de robustez comemorava e exibia a criança eugênica (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 137).

O intuito dessas comemorações era, em primeiro lugar, expandir um ideal de nação civilizada, a partir da visibilidade de comportamentos adequados, de normas de conduta e de uma forma de consciência que, de um lado, colocava os valores da classe média como referência e, de outro, exibia a pobreza e o modo de se relacionar com ela, bem como, de educá-la. A infância torna-se, portanto, o lugar de produção de uma identidade da criança brasileira. Assistência, proteção e cuidado da infância eram os termos-chaves para designar o “tratamento” dado à infância, do qual

dependia o futuro das raças e da nação brasileira (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 137).

Em segundo plano, essas comemorações eram ressaltadas como instrumento de memória por meio do qual a nação brasileira era lembrada e produzida. Ou seja, há uma determinada história que passa a ser contada e composta por elementos de uma memória seletiva que resgata o passado, firmando o modelo desejado e, ao mesmo tempo, dando subsídios para se planejar o futuro. A formação dessa nação brasileira, portanto, estava pautada em dois instrumentos: a regeneração do homem adulto, por meio de uma educação e da exemplificação dos modelos a serem seguidos, e a invenção de uma infância, também enunciada como referência. Veiga e Gouvêa afirmam que “[...] tratava-se mesmo de um renascimento físico e mental para compor uma nova raça. Mais que sua formação, colocou-se como imperativo a sua criação, sua invenção (2000, p. 138)”. A infância passa a ser monumentalizada (idem, ibidem). Veiga e Gouvêa (idem, ibidem) destacam, ainda, que, aliada à invenção da infância estava também a invenção da família, da mãe, da professora, e de todo um aparato que permitia a sua manutenção.

A população brasileira era representada pela falta, ou seja, destacavam-se dela as carências, as precariedades, as ausências, etc., e se projetava os exemplos de uma população civilizada. O exemplo desse tipo de visibilização pode ser observado na maneira pela qual as crianças, as mulheres e as populações “silvícolas” foram retratadas no Código Civil Brasileiro de 1916, como absolutamente incapazes de exercerem qualquer escolha e qualquer ato consciente e racional.

Diversas legislações são criadas em nome da proteção da infância e dos direitos dos cidadãos e, ao mesmo tempo, é criada a fundação da Sociedade Eugênica (1919), por Renato Kehl, e a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), por Gustavo Riedel (VEIGA;

GOUVÊA, 2000, p. 140). É possível afirmar que, no bojo da formação da sociedade brasileira, que inclui também a produção da infância, está uma política higienista e eugênica que enuncia e, ao mesmo tempo, torna visível um modelo de infância para todas as crianças.

Relativo às comemorações sociais da infância, Veiga e Gouvêa (2000, p. 140) entendem que,

(...) mais do que comemorar a infância, buscou-se comemorar as crianças, tomadas como objetos psico-médico-biológicos, passíveis de serem medidas, testadas e denominadas normais ou anormais. No objetivo de perseguir o ideal de uma nação civilizada, as representações de criança projetaram a concepção de infância, como utopia de um novo mundo adulto a ser estabelecido.

As comemorações eram tomadas de uma clara institucionalização da infância e da família, compreendida aqui como um movimento de Pedagogização dessas instâncias. (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p.143). A produção de um ideal de criança civilizada trouxe para muitas, geralmente as pobres e as negras, a sensação de fracasso, uma vez que não pertenciam aos valores e hábitos referenciados. A sociedade divulgava que o fracasso era culpa dessas crianças, pois possuíam o gene do sujeito vadio, doente, ocioso. O aspecto positivo da criança pobre e negra era o de permitir a expressão do sentimento de compaixão dos ricos. O dia da criança pobre e o Natal eram da mais alta significação para o assistencialismo, eram também os dias clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 145-146). Para incentivar essas práticas, existia uma concorrência entre os membros da sociedade burguesa que disputavam o *status* de maior bondade a partir de comparação entre as doações para os pobres e os gestos de caridade realizados. Essas doações eram muito diferentes das premiações que ocorriam nos concursos de

robustez. Para os pobres, os donativos eram em notas baixas de dinheiro, chapéus de palha, um pote de queijo, uma bola; já as crianças eugênicas (compreenda-se: robustas) eram premiadas com medalhas de ouro ou prata, com ternos e sapatos finos, vestidos luxuosos, etc. (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 149).

Os concursos de robustez tinham, nessa perspectiva, a intenção de apresentar, isto é, de tornar visível o corpo perfeito de tal modo que o corpo infantil torna-se patrimônio da espécie. Se identificado como exemplar, deveria ser premiado, se identificado como desajustado ou doente, deveria ser educado e tratado segundo os preceitos de uma eugenia positiva (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 152).

Esses pressupostos estavam explícitos nas comemorações dirigidas às crianças no início do século XX e em todo o Brasil, constituindo-se como instrumentos de expansão e também de produção desse modelo de tal maneira a se tornar uma importante prática de governo da população brasileira.

A atuação da imprensa também foi destaque nas práticas de governo. Esse artefato atuou e, pode-se dizer que ainda atua, como importante instrumento formador de opiniões, com forte atuação ideológica e que, dentre outras funções exercidas, colocou-se como educadora da família e da mulher, designando a ela um papel frente ao cuidado, a educação e a sobrevivência das crianças. Torna-se muito ilustrativa nessas práticas a quantidade de revistas destinadas às mulheres que surgiram no final do século XIX até a metade do século XX: *Revista A Mensageira*, *Revista Vida Doméstica*, *Fon Fon*, *Revista Grande Hotel*, *Revista Sensacional*, *Revista Primavera em Flor*, *Rosita*, *Jornal das Moças*, *Revista Querida*, *Revista Pais e Filhos*, entre outras. O conteúdo dessas revistas variava entre orientações para educação dos filhos, orientações para o bom casamento e formas de submissão das mulheres aos homens, comportamentos e atitudes adequadas, forte estimulação à maternidade acompanhada de uma imagem

feliz e idealizada da função materna, além de orientações implícitas e explícitas das funções da mulher – cozinhar, cuidar da casa, dos filhos, das roupas, ou seja, funções relativas à vida privada, doméstica e familiar.

A representação das crianças pobres e negras era praticamente nula nessas revistas. O que se destacava era as imagens das crianças “robustas”, o que majoritariamente se apresentava pelas crianças brancas de classe média ou alta. A visibilidade das crianças pobres e negras ocorria apenas quando e se o interesse fosse mostrar as maneiras de lidar com a pobreza, evidenciando os gestos de caridade da classe média e alta ou quando associadas a eventos religiosos nos quais se procuravam induzir as condutas morais dessas crianças.

A atuação da imprensa nas práticas de governo ocorreu na medida em que a imprensa assumiu a capacidade de interferir nos processos sociais mais gerais, estabelecendo articulações entre o consumo e a produção da vida da classe média e alta, criando hábitos e necessidades nos moldes da sociedade idealizada, com certo padrão de beleza, de comportamento e com papéis muito bem definidos para a mulher brasileira. Apresentava-se nelas o modo de vida ideal e as crianças estavam em sintonia com esse padrão, pois as famílias idealizadas produziam as crianças robustas, modelo para todas as demais crianças brasileiras.

Brites (2000), que analisa especificamente a revista *Fon Fon e Vida Doméstica*, destaca que o intuito dessas revistas era vigiar as mães, as crianças e a família, valorizando a puericultura e a necessidade de se controlar o tempo da população infantil. Destaca-se nessa discussão a dimensão do uso da fotografia: a imagem fotográfica não era necessariamente o retrato de uma época, pois o fotógrafo agia sobre o corpo fotografado, agia sobre o cenário, sobre as vestimentas, sobre as posições da imagem a ser fotografada, sejam as posições do corpo, sejam dos ambientes. Ou seja,

na verdade, a fotografia era, no século XX, o retrato daquilo que se desejava tornar visível e daquilo que se pretendia enunciar como modelo, como perspectiva e referência. Vale destacar que, no início do século XX, a fotografia era um instrumento que representava *status* social. Não eram todas as classes sociais que tinham condições de ter uma fotografia de sua família, de suas crianças, de suas casas, etc. Havia todo um ritual para se compor uma fotografia, uma preparação do corpo, do ambiente, dos cenários, etc. A fotografia raramente era de uma cena espontânea, e sim de uma cena meticulosamente preparada.

Brites (2000) constata que há alguns registros fotográficos especificando as crianças nas escolas. Nelas, as crianças estavam uniformizadas, realizando atividades físicas, com roupas diferenciadas, quando estavam em algum evento cívico ou festas escolares. Para Brites (2000, p.170-171), essas imagens queriam representar a disciplina, o sucesso das atividades propostas e a aceitação por parte das crianças e das famílias por aquele tipo de educação. Os uniformes destinados às crianças pobres eram, por sua vez, uma forma de evitar a aparência indesejada das crianças pobres e, ao mesmo tempo, ilustrar uma possível condição de igualdade. Essa discussão também ilustra as práticas de governo a partir da imprensa, pois expressam a sintonia existente entre a imprensa e os planos dos governos na medida em que projetavam nos conteúdos das revistas uma visibilidade positiva de suas ações, produzindo a imagem de um governo benfeitor, democrático, criador de ordem, de disciplina, de civilidade e preocupado com a vida e a educação das crianças.

Dentre todas essas formas de visibilizar as crianças e os respectivos modelos de infância, destaca-se também a maneira pela qual as crianças negras foram visibilizadas no interior do campo médico. Tomando como referência a psicogenia como primeira ciência que teve como foco analisar e observar sistematicamente

as crianças (GOUVÊA, 2008, p. 544), é possível compreender a construção de uma concepção negativa da criança e que repercute de maneira singular sobre as crianças negras e sobre a construção de uma perspectiva de educação para elas.

A psicogenia desenvolveu, a partir do século XVIII, um conjunto de saberes que tratou a criança como sendo o indivíduo localizado no primeiro estágio do desenvolvimento humano, ainda incapaz e imaturo. Essa concepção foi influenciada nesse período pelos estudos provenientes do campo da biologia e que tiveram como representantes Darwin, Lamarck e seus sucessores. Esses naturalistas propagaram a ideia da evolução das espécies por meio da qual haveria uma seleção natural das mais fortes e das mais adaptadas ao ambiente em transformação. Esse entendimento se estendeu a outros domínios humanos, como a própria psicogenia e à ciência da educação. Acreditava-se que as crianças eram o estágio menos desenvolvido da espécie humana e que ela se desenvolveria a partir de etapas sucessivas, marcadas linearmente e progressivamente.

Da mesma forma, elabora-se a noção de desenvolvimento e progresso, que irá colocar, além da criança, algumas sociedades como sendo as menos desenvolvidas e cuja meta de desenvolvimento deveria atingir certo padrão de vida, de costumes, de hábitos, de crenças, enfim, de civilidade. Ao longo de todo o século XIX, consolida-se essa representação, colocando as nações europeias como civilizadas e como referência para a evolução das demais nações.

Constitui-se assim a ideia de um tempo serial, construído de tal forma que a criança, início de todas as fases, é vista como ápice de intervenção para o desenvolvimento moral, civil e de progresso. Para Gouvêa (2008), essa mesma lógica irá constituir o eugenismo, que terá, no caso, as populações negras e judias como inferiores, e brancas e arianas como superiores. Entendia-se “[...]”

que havia uma escala evolutiva entre as diferentes raças humanas, cujo ápice seria a raça branca ocidental, produtora da civilização” (GOUVÊA, 2008, p. 550). Por esta razão, as crianças negras estavam atreladas às imagens que visibilizavam a pobreza, o selvagerismo e o primitivismo. Essa forma de governo subsidiou e sustentou as ações educativas sobre as crianças negras, compreendendo que, pela educação, seria possível promover a evolução da população negra e o progresso da civilização.

Pressupostos do governo

É possível compreender que essas formas de visibilizar e prescrever a infância foram ancoradas por pressupostos de bases higienistas e eugenistas que se incidiram na medicina moderna a partir do século XVIII. A adesão desses pressupostos no início do século XX no Brasil foi muito intensa em decorrência da convergência de interesses, ou seja, gerir e governar a vida das crianças e das famílias.

A medicina moderna, para Foucault (2008), pode ser compreendida como uma medicina social porque socializou um primeiro objeto de intervenção, o corpo, enquanto força de trabalho e de produção. Essa socialização é constituída por três etapas da medicina, denominadas: medicina de Estado, medicina urbana e medicina da força de trabalho ou dos pobres.

A medicina de Estado ou “polícia médica” foi o primeiro movimento de modernização da medicina e se constituiu em um importante movimento de normalização do campo, tanto das práticas médicas, quanto dos próprios médicos, por meio de um rigoroso controle por parte do Estado, dos cursos, programas de ensino e formação médica. “[...] A medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção

de normal ao doente, começa-se por aplicá-la ao médico. O médico foi o primeiro indivíduo normalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 83). A prática médica foi subordinada a um poder administrativo superior e também da ocupação do médico como administrador da saúde.

A medicina urbana ocorre a partir da segunda metade do século XVIII, quando se inicia o desenvolvimento das grandes cidades, uma crescente urbanização e industrialização. Esse novo cenário demandou, do ponto de vista econômico, uma unificação das relações comerciais, e do ponto de vista político, uma unificação do sistema jurídico e legislativo com o intuito de “esquadrinhar” a população urbana (FOUCAULT, 2008, p. 86).

O principal motivo para tal esquadrinhamento foi o de apaziguamento das revoltas populares que ocorriam devido à expansão de uma população pobre, sem acesso a condições básicas de sobrevivência, aglomerada nos grandes centros urbanos. O sentimento que surgiu junto com a formação das cidades foi o que Foucault chamou de “medo urbano”. Desses, surgiram os “pequenos pânico” e certa “inquietação política sanitária”. Em casos de epidemias, Foucault menciona a reivindicação feita pela burguesia para protegê-la por meio de um plano de emergência que consistia na imobilização da população em suas casas para facilitar a vigilância e o controle dos médicos sobre os indivíduos doentes (FOUCAULT, 2008, p. 87).

A medicina urbana possui a função de analisar a população, em especial, partindo dos amontoamentos humanos, dos lugares de confusão e de perigo, de controlar e estabelecer uma boa circulação de ar e de água.

Atentando para as etapas de desenvolvimento da medicina moderna Foucault compreende que, num primeiro momento, a medicina analisou o meio (medicina de Estado), depois passou a analisar os efeitos do meio sobre o organismo (medicina urbana)

e, por fim, analisou o próprio organismo, ocasionando o desenvolvimento da terceira etapa, a medicina da força de trabalho ou dos pobres e operários.

A medicina dirigida aos indivíduos pobres é mais evidente no espaço europeu no segundo terço do século XIX e desenvolveu, em especial, a noção de que o indivíduo pobre era “perigoso”. Tal representação se modifica entre os séculos XVIII e XIX em decorrência dos seguintes fatores: (1) *de ordem política*: os indivíduos pobres passaram a ter força política e promoverem uma série de reivindicações e revoltas; (2) *de ordem organizacional*: enquanto os pobres exerciam algumas funções subalternas necessárias para a manutenção das funções fundamentais da cidade, como limpeza, serviço de postagem, movimentação dos entulhos, etc., ou seja, enquanto pertenciam à “paisagem urbana”, não representavam perigo; (3) *de ordem epidêmica*: eles eram responsáveis, segundo a burguesia, pela proliferação das doenças de modo que o mundo dos ricos e dos pobres foi, a partir daí, separado nas grandes cidades, criando as periferias (FOUCAULT, 2008, p. 94).

Essa configuração encontra espaço no contexto brasileiro na medida em que a medicina destinada aos indivíduos pobres incide nessa população de forma ambígua. Por um lado, passa a existir um sistema de leis (leis dos pobres) que garante a assistência à saúde da população pobre, beneficiando-a. Por outro lado, essa assistência é feita por meio do controle médico e sua real intenção é proteger a população burguesa.

Esse tipo de intervenção e controle médico foi se expandindo e tornando-se cada vez mais autoritário. Foucault (2008) menciona dois sistemas de intervenção e controle médico ocorridos na Inglaterra em 1875, o Health Service e Health Officers, que consistiam na vacinação obrigatória da população, na listagem dos sintomas e das epidemias consideradas contagiosas e na declaração da população sobre suas doenças, e, por fim, na localização

dos lugares insalubres e destruição dos mesmos. São medidas de controle que escoraram também as práticas de governo da população pobre e negra no Brasil, como pode ser observado em Sevcenko (1993) e que agiram de forma muito singular sobre as crianças. O caso da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904, é emblemático dessas medidas de governo que suscitaram o afastamento das pessoas negras e pobres dos centros da cidade, alocando-as para as periferias.

As crianças pobres e negras, no início do século XX, são retiradas das ruas porque são consideradas indivíduos perigosos, pois poderiam contaminar a sociedade com suas doenças físicas e morais. Produz-se em relação a elas um sentimento de medo e de pânico, sendo esses os sentimentos que motivam uma varredura moral e higiênica que sustentam as práticas de governo sobre elas.

As instituições escolares ou outras instituições de atendimento às crianças também surgem como estratégia para enclausurar (ARIÈS, 1981), moralizar (GOUVÊA; JINZENZI, 2006) e melhor controlar as crianças pobres e negras. O pressuposto médico está na base da organização dessas instituições, pois é concebido como o mecanismo de “salvação da humanidade” (GONDRA, 2000, p. 102). Observa-se, dessa maneira, que ocorre uma subordinação da educação à área médica e que os primeiros estudos modernos de cunho educacional no Brasil são oriundos da ciência médica.

As teses apresentadas no final do século XIX na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ilustram como as crianças tornaram-se objetos de análise e a construção de todo um referencial médico para sua educação. Gondra (2000) traz importantes considerações a partir da análise desse material e também a partir da análise das atas da I Conferência Nacional de Educação (1927) e do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922). Uma tese ilustrativa data de 1857 e foi defendida por um renomado médico

da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), conhecido por Dr. Coutinho. O médico propunha, entre outras coisas, um modelo para educação das crianças baseado nos pressupostos higienistas e, mais do que isso, propunha que esse modelo fosse adotado por toda corte no período imperial.

Os pressupostos higienistas também deveriam ser adotados para cuidar dos pobres e enjeitados; a criação de um “hospício dos enjeitados” (GONDRA, 2000, p. 104) foi proposta a fim de aglomerar essa população e “cuidar” dela com maior “facilidade”. Dr. Coutinho evidenciava que esse hospício deveria ser regido por tais princípios, uma vez que a roda dos expostos do Rio de Janeiro apresentava mais de 80% de mortalidade e a causa apontada era a falta de higiene do ambiente, das pessoas e das instalações. Dr. Coutinho foi o responsável pela criação de um dos primeiros guias de higiene que deveria ser distribuído nas instituições de atendimento à criança a fim de conduzir e orientar a população e os educadores sobre os preceitos higienistas. Observa-se que esse guia não discutia as causas da pobreza, mas apenas estabelecia regimentos a serem adotados para cuidar dos “[...] deserdados, dos infelizes, dos enjeitados”. Trata-se, portanto, “[...] de uma representação em torno da pobreza que estranha àquilo que identifica como práticas da barbárie (o abandono dos enjeitados), naturalizando, contudo, a própria pobreza” (GONDRA, 2000, p. 105).

As práticas higienistas são bastante aceitas e divulgadas na sociedade do século XIX e XX, sobretudo porque a elas agregam-se os discursos econômicos que pronunciavam se importar com a criança para que ela fosse integrada produtivamente na ordem do trabalho. A criança, portanto, não é vista como um problema da família, mas como um problema social de máxima importância. Assim, “Em defesa da sociedade” (FOUCAULT, 1999) estabelece-se uma “gramática” para resolvê-lo, expressa nas ordens de “guiar, ajudar, corrigir e substituir” (GONDRA, 2000, p. 106).

Por clamar que a defesa da criança trata-se de uma defesa da sociedade, dissemina-se a ideia de que as crianças não protegidas tornam-se perigosas para a sociedade em dois sentidos: no sentido de não se “tornarem homens” e no sentido de serem agentes de endemias, serem contagiosas e doentes. As crianças podem “contagiar” a sociedade, tanto com sua rudeza e falta de noções de comportamento, educação, etc., quanto por sua doença, sua precariedade diante das prescrições de higiene. Formula-se, nesse sentido, uma espécie de pânico em relação às crianças e em consequência elas passam a ser “sementeiras do porvir” (GONDRA, 2000, p. 107).

Foucault (1997) compreende que, ao se colocar a criança como “semente das populações futuras”, está-se reiterando toda uma nova organização das relações entre crianças, adultos, pais, educadores, etc. Está-se intensificando as relações intrafamiliares à medida que a criança é colocada como problema comum para os pais, para as instituições educativas, para a medicina e a área da higiene (FOUCAULT, 1997, p. 232). Há, portanto, uma ênfase na criança nesse discurso. Acreditava-se que elas exerceriam uma função intermediadora de educação entre suas famílias e o Estado e que elas seriam capazes de subsidiar o melhoramento da espécie. Agrega-se, portanto, aos pressupostos higienistas, o eugenismo, e esses constituíram a “ciência da Infância” no início do século XX (GONDRA, 2000, p. 109).

Importante destacar que, ao colocar a criança nesse patamar de problema social e modificar as relações intrafamiliares, colocou-se em evidência também um modelo de família considerado adequado para cuidar, proteger a criança e zelar por sua vida e sua educação. Os médicos higienistas também faziam menção a um modelo familiar, atribuindo papéis diferenciados aos homens e às mulheres. Segundo Gondra e Garcia (2004), os médicos higienistas tiveram bastante influência de alguns estudiosos franceses,

como exemplo, o médico Alfred Becquerel, escritor da obra *Traité élémentaire d'hygiène privée et publique* (1864) e do religioso educador Fénelon, escritor *Da educação das meninas* (1852) e *De l'éducatons des filles* (1983). De acordo com os autores, os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se apropriavam das ideias de Becquerel, mas faziam adaptações convenientes à realidade escravocrata de nosso país.

A influência forte de Becquerel se deu na ordenação da amamentação, realizada no Brasil, em grande medida, por amas de leite. Becquerel disseminava as condutas a esse respeito, indicando diretrizes sobre a qualidade do leite, sobre as condições de amamentação e sobre as condições físicas e morais daquelas que amamentavam. No Brasil, os médicos higienistas ressaltam que as amas de leite não amamentavam por amor, e sim por obrigação e por medo. Dessa forma, não poderiam expressar bons sentimentos ao neném amamentado. Além disso, disseminavam a ideia de que as amas escravizadas eram ausentes de educação, de bons sentimentos e de comportamentos higiênicos, podendo assim prejudicar o desenvolvimento dos nenéns. Tomavam como hipótese que a mesma violência que era usada contra elas pelos senhores, seria usada por elas em relação às crianças. Os médicos higienistas combatem, por essas razões, a escravização e também o aleitamento por meio das amas de leite escravizadas, sugerindo que essa era uma responsabilidade exclusiva das mães dos bebês (GONDRA; GARCIA, 2004, p. 74-75). Essa defesa influenciou muito fortemente sobre a vida das mulheres que passaram a ser orientadas a amamentar seus próprios filhos e a se responsabilizar pela vida dos bebês desde o seu nascimento.

Destaca-se também a influência de François Fénelon na concepção de família e educação dos médicos higienistas. Fénelon foi um educador religioso que restringiu seus escritos à educação da boa sociedade (GONDRA; GARCIA, 2004, p. 79), o que excluía as

crianças e as mulheres oriundas de classes sociais inferiores. Fénelon entendia que a educação das mulheres ricas era importante, pois elas deveriam dirigir a casa, fazer um esposo feliz e educar seus filhos. Além disso, apesar de seus escritos, dirigirem-se à educação das meninas, abordavam também a educação dos meninos, uma vez que se entendia que a educação, seja ela pública ou privada, era uma tarefa exclusivamente feminina. Desse modo, as mulheres, mães ou professoras, deveriam saber como educar ambos os sexos. Segundo o educador, as mulheres tinham um espírito mais fraco e curioso que os homens, eram fracas fisicamente e não deveriam abusar das atividades físicas, além de serem insinuantes e persuasivas. Não deveriam ocupar-se do governo de coisa alguma, exceto dos lares, e também não deveriam “(...) ingerirem-se no ministério sagrado das cousas” (FÉNELON, 1852, p. 13, apud GONDRA; GARCIA, 2004, p. 80). São falhas comum ao seu sexo “(...) a facilidade das lagrymas d’ encomenda, as vaidades que alentam violento desejo de agradar” (FÉNELON, 1852, p. 137, apud GONDRA; GARCIA, 2004, p. 80).

Igualmente ressaltado pelos médicos higienistas, que afirmavam que as crianças pequenas deveriam ser educadas porque tinham certa plasticidade e aprenderiam com mais rapidez, Fénelon demonstrava entender que as crianças são providas de certo “miolo mole” o que facilitava também a inserção de valores higiênicos e morais.

A adesão de Fénelon nas práticas médicas higienistas se deu porque ele propunha a higiene nos ambientes privados (a família) por meio do cuidado da casa e dos filhos pela mulher, e nos ambientes públicos (as escolas e rodas de expostos) que também seriam ministrados pelas mulheres (devido sua predestinação nata para o cuidado com a criança). A higiene, portanto, fazia parte da educação feminina e, por esse motivo, Fénelon foi bastante utilizado nas práticas higienistas que formularam a concepção de infância

e de educação na passagem do século XIX ao XX (GONDRA; GARCIA, 2004, p. 82).

Por fim, é possível perceber que a “ciência da infância” foi concebida no interior dessas perspectivas ora apresentadas e que consideram a infância como uma fase da vida ligada ao tempo cronológico, sobre a qual os miolos ainda estavam moles e sobre a qual devia-se haver uma rígida educação nos princípios da higiene associada ao eugenismo. A criança era o elo entre as concepções higienistas e eugenistas e suas famílias e, por essa razão, houve uma ênfase na educação das crianças desde o início do século XX. Sob esses preceitos observa-se que a educação realizou um movimento de universalização da infância produzindo às crianças segundo as perspectivas apresentadas como referência, desconsiderando os fatores históricos, sociais e culturais que promovem suas diferenças.

A escola como política pública de governo das crianças pobres e negras: algumas considerações finais

A oferta de educação pública no Brasil não se constituiu como uma política pública até o início do século XIX. Até esse período, as escolas foram direcionadas para as elites, e boa parte da população foi impedida do acesso à escolarização, especialmente a população negra, doente ou possuidora de alguma diferença mental. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a educação se constituiu como uma política pública porque se projetou sobre a escola a possibilidade de se gerir e fazer circular os pressupostos relacionados ao higienismo e à eugenia.

Observa-se, pelos estudos apresentados neste artigo, que a preocupação com a educação das crianças no Brasil emerge a partir do momento em que ela se torna, de alguma maneira, perigosa e é posta como problema social a ser gerido pela sociedade. Dito de outra forma, as instituições escolares ou outras instituições

públicas de atendimento a criança surgem ao mesmo tempo em que emerge uma necessidade de governo da população, especialmente da população pobre e negra.

As primeiras instituições que surgiram para o atendimento das crianças eram de cunho assistencialista, como os asilos, as rodas dos expostos e até mesmo as creches. Essas eram voltadas para a população de baixa renda e que era geralmente negra.

O processo de constituição das políticas públicas para escolarização da população pobre e negra se deu na mesma medida em que se construíram normas para a educação das crianças com base nos preceitos higienistas e eugenistas. A escola ou qualquer outra instituição de atendimento a criança se constituiu como um local de experimentação dessas técnicas. Para as crianças negras, essas ações foram absolutamente cruéis, pois passar por todas as etapas de inspeção, de classificação, de monitoramento, de ensino e controle era como sobreviver a um processo de embranquecimento, de aculturação ou, como diz Dávila (2006), era como adquirir um “diploma de brancura”.

Na escola residiram todas as informações que eram trazidas pela imprensa, as imagens projetadas sobre as crianças negras e pobres, sobre os gestos de caridade exercidos pela população de classe média e alta, todas as informações também projetadas para a educação da família e especialmente da mulher. Essas mesmas mulheres se inseriram na escola e exerciam a função educadora das crianças, ensinando a elas os papéis relacionados à educação para meninas e educação para meninos, às comemorações sociais destinadas às crianças e a maneira de se exibir as crianças robustas como modelo para as demais crianças, etc. Todas essas informações centravam-se em único local, a escola e, por essa razão, torna-se parte dos planos governamentais e das políticas públicas nacionais. A escola, portanto, foi um dos mais importantes instrumentos para as práticas de governo das crianças pobres e negras.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-176, jan./jun. 2000.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GONDRA, José; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. **Revista Brasileira de Educação**. Maio /Jun /Jul /Ago 2004, nº 26.

GONDRA, José G. A sementeira do por vir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000, p. 99-117.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação** v. 11, nº 31 jan./abr, 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Estudos Sobre Desenvolvimento Humano No Século XIX: Da Biologia À Psicogenia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 535-557, Maio/Ago. 20 Maio/Ago. 2008.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as Exposições internacionais (1862/1922)**. São Paulo: USF/CDAPH, 2001, 262 p.

MORUZZI, Andrea Braga. **A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Celebrar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000, p. 135-160.

Enviado em: 31/08/2014. Aprovado em: 10/11/2014

